



Revista Eletrônica

N. 11 | Maio, 2017

TJBA

em Ação



JÚRI

Mutirão vai agilizar processos nas
comarcas de Feira de Santana e Camaçari

BOAS PRÁTICAS

Encontro reúne TJs

BAIXA PROCESSUAL

Saneamento no Recôncavo

MUSEU ABERTO

Corte resgata acervo

“
*A injustiça num lugar qualquer
é uma ameaça à justiça
em todo o lugar.*
”

Martin Luther King



Expediente

Presidente

Desa. Maria do Socorro Barreto Santiago

1º. Vice-presidente

Desa. Maria da Purificação da Silva

2º. vice-presidente

Desa. Lícia de Castro Laranjeira Carvalho

Corregedor-geral da Justiça

Des. Osvaldo de Almeida Bomfim

Corregedoria das Comarcas do Interior

Desa. Cynthia Maria Pina Resende

Conselho Editorial

Juíza Verônica Ramiro
Carlos Machado
Cícero Moura
Flávio Novaes
Igor Caires
Joana Pinheiro

Assessor de Comunicação / jornalista responsável

Flávio Novaes (DRT-1724 - Coordenação editorial)

Edição

Ronaldo Jacobina (DRT-2348)

Reportagem e textos

Ari Donato (DRT-712)
Gabriel Pondé (DRT-3095)

Projeto Gráfico

Adriano Biset Queiroz

Repórter Fotográfico

Nei Pinto

Colunista

Adriana Barreto

Estagiários

Marcos Maia
Rayane Araújo

Secretária

Surânia Franco Lima Sales

Colaboradores

Carlos Machado
Raquel Lacerda
Eduardo Quadros Araújo

**Revista Eletrônica TJBA EM AÇÃO,
Nº 11, Ano I, Maio de 2017**

www.tjba.jus.br • e-mail: ascom@tjba.jus.br
Tel.: (71) 3372.5037 / 5038 / 5538
whatsapp (71) 98118.2361



Com a palavra ...

Este é o 11º número da nossa Revista Eletrônica TJBA EM AÇÃO. As manifestações que nos chegam relacionadas aos números anteriores são encorajadoras e mostram que a publicação tem recebido uma acolhida cada vez maior. Devemos isso a vocês, que leem, criticam, elogiam e repercutem o conteúdo. Estamos atentos a cada manifestação, na busca de entregar um produto de qualidade, para informação e entretenimento.

Nesta edição destacamos o mutirão de processos de júri, iniciado no dia 24 de abril último, sob a coordenação da juíza Jacqueline Campos, gestora local das Metas ENASP e do Grupo de Monitoramento e de Fiscalização do Sistema Carcerário. A iniciativa conta com a colaboração das Corregedorias e o suporte da Diretoria de Primeiro Grau. Na primeira etapa, estão sendo despachados, decididos e sentenciados todos os processos ativos, submetidos ao rito do júri, nas Varas Criminais das comarcas de Feira de Santana e Camaçari. Já a realização dos serviços de cartório da Vara do Júri da comarca de Itabuna recebe suporte remoto.

Outro destaque é o II Encontro Nacional de Boas Práticas - Missão Humaitá, que sediamos pela primeira vez, com representantes de 22 tribunais estaduais. Foram discutidas 14 práticas, divididas em seis mesas-redondas, e expostos 25 painéis, a exemplo do que divulga as iniciativas do Programa SER. Já no III Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário, a ser realizado nos dias 7 a 9 de junho de 2017, em Recife, seremos representados pelo nosso chefe da Controladoria, Danilo Santana, que irá apresentar o trabalho “Implantação do SCI nos processos de contratação administrativa e fiscalização de contratos”.

Neste mês de maio, nossa homenagem a todas as mães, em qualquer plano de existência. Visíveis aos nossos olhos ou presentes na nossa saudade, estarão sempre conosco, pois são parte de nós e nos ensinam a ser parte dos nossos filhos. Às que estão “preparando outra pessoa”, como lindamente definiu o nosso poeta Caetano Veloso, aconselho a ler o artigo “diabetes gestacional”, que traz informações importantes para essa fase tão especial. No mais, é renovar o convite para que você, leitor(a), entre em contato conosco, mande críticas e sugestões. Nossa revista está melhor porque somos melhores juntos. A todos uma boa leitura.

Desa. Maria do Socorro Barreto Santiago
Presidente



CARTÓRIO
INTEGRADO

**ACELERANDO OS SERVIÇOS
DO PODER JUDICIÁRIO**

SUMÁRIO



06 Boas Práticas

24 Álbum de Trabalho

10 História contada

28 TJ Social

12 Mutirão de Júri

30 Justiça Cult

20 Redução de processos

32 Click!

22 Saúde da mulher

34 Tirando de Letra

Troca de ideias

Melhores práticas das cortes estaduais são apresentadas no Tribunal de Justiça da Bahia



Presidente Maria do Socorro Barreto Santiago abriu o encontro que reuniu representantes de 22 tribunais do país

“O compartilhamento de experiências de boas práticas é de extrema relevância na busca de novas propostas e soluções, notadamente num cenário em que a demanda de trabalho é crescente, e os recursos, escassos”. Assim a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, abriu os trabalhos do II Encontro Nacional de Boas Práticas - Missão Humaitá, realizado no átrio e no auditório da instituição nos dias 19 e 20 de abril deste ano.

Além de ressaltar a importância de o TJBA sediar o evento pela primeira vez, a desembargadora deu as boas-vindas aos representantes de 22 tribunais estaduais do país reunidos para debater e compartilhar experiências acerca de ações, iniciativas e projetos estratégicos do Judiciário com o intuito de impulsionar o cumprimento das metas nacionais.

Em seguida, o presidente do Comitê Gestor da Justiça Estadual e da Associação dos Magistrados do Estado de Rondônia (Ameron), desembargador Alexandre Miguel, falou a respeito da criação da Rede Nacional de Gover-

nança Colaborativa da Justiça Estadual, responsável pela promoção do encontro, que contou com a discussão de 14 práticas, divididas em seis mesas redondas. “Precisamos envolver

Juíza Sônia Amaral, do Tribunal de Justiça do Maranhão, apresentou a prática Gratificação Judiciária, com foco na meritocracia



os presidentes dos tribunais estaduais para que percebam a dimensão exata da importância desses eventos”, disse. Entendimento similar foi compartilhado pela secretária especial de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica da Corte rondoniense, Rosângela Vieira de Souza, que abordou a metodologia do evento e explicou os critérios de seleção das boas práticas e posterior classificação conforme os temas. Ela também agradeceu a receptividade do TJBA como anfitrião, especialmente a disponibilização de transporte para os palestrantes, expositores e demais participantes do encontro.

Mesas Redondas

Mediada pelo assessor de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Wanderley Horn Hülse, a mesa redonda Monitoramento das Metas Nacionais inaugurou as discussões do primeiro dia do evento, transmitido ao vivo pelo canal do TJBA no YouTube. O debate reuniu a secretária de Gestão Estratégica do TJ de Roraima, Inaiara Milagres Carneiro de Sá, e os juízes Gilmar Soriano e José Luiz Leal Vieira, representando, respectiva-

mente, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Acompanhados pelo público presente, os três palestrantes participaram ainda, no átrio do tribunal, de visita a exposição de 25 painéis, a exemplo do

“Eventos como esse permitem valorizar o esforço de magistrados e de servidores que acreditam na Justiça”

Michele Vieira de Oliveira
TJRJ

que divulgou as iniciativas do Programa SER, coordenado pela Assessoria Especial da Presidência para Assuntos Institucionais (AEP II).

À tarde, os trabalhos foram retomados com a realização da mesa redonda Gestão Estratégica, envolvendo práticas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e do Tribunal de Justiça de Sergipe sob a mediação do coordenador do Subcomitê Norte da Rede de Governança, José Eudacy Feijó de Paiva.

O secretário do Comitê de Metas do TJSE, Erick Andrade, tratou do alinhamento dos servidores à estratégia institucional e às metas nacionais por meio da meritocracia, que, na experiência de Sergipe, é um reconhecimento do servidor da área fim com produtividade acima da média.

Para Andrade, atual coordenador do Subcomitê Nordeste da Rede de Governança, a meritocracia funciona no TJSE porque há continuidade dos trabalhos elaborados pela administração. “Não adianta só estabelecer metas ou teorizar o planejamento. Gestão Estratégica é uma questão cultural e que precisa de incentivos”, explicou ele, referindo-se à premiação, criada em 2008, que laureia os servidores por desempenho ou por práticas e projetos inovadores.

Discussão semelhante intitulou a mesa redonda seguinte: Premiação e Reconhecimento, mediada pelo assessor de Gestão Estratégica do TJBA, Pedro Vivas. De acordo com a representante do Tribunal de Justiça do Maranhão, juíza Sônia Amaral, divulgadora da prática Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ), a meritocracia “tem tudo a ver com a GPJ, uma vez que o objetivo é aumentar a produtividade do Judiciário maranhense através do esforço coletivo e de uma gestão participativa”.

Sob o mesmo tema, ainda foram discutidos os projetos Juízo Proativo e Selo de Cumprimento da Meta 1 e da Meta 2, apresentados, respectivamente, pelo secretário de Planejamento do Tribunal de Justiça de Alagoas, Clóvis Gomes da Silva Correia, e pelo juiz gestor de metas e assistente da Corregedoria do Distrito Federal, Luís Martius.

Cartórios Integrados

O primeiro dia de debates contou ainda com o tema Processo Judicial

Eletrônico, o qual envolveu as práticas Central de Processo Eletrônico, do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, e Cartórios Integrados, inscrita pelo TJBA.

“Não adianta só estabelecer metas ou teorizar o planejamento. Gestão Estratégica é uma questão cultural e que precisa de incentivos”

*Erick Andrade
TJSE*

Segundo o assessor da Diretoria de Primeiro Grau, João Felipe Menezes, o projeto consiste na implantação do Sistema de Cartórios Integrados das Varas de Relação de Consumo, no Edifício Orlando Gomes, anexo ao Fórum Ruy Barbosa, com o propósito de dar celeridade e mais produtividade na prestação jurisdicional.

Nona mais bem votada, totalizando 339 pontos, a prática do TJBA ficou apenas 63 pontos atrás da primeira colocada, Execução Fiscal Eficiente, do TJMG. A apresentação desta experiência abriu os trabalhos do segundo e último dia do Encontro Nacional de Boas Práticas.

Execução Fiscal

À frente do projeto, a juíza auxiliar da presidência do tribunal mineiro, Luzia Divina de Paula Peixoto, titular da 2ª Vara de Execução Fiscal e Feitos Tributários, discorreu sobre a eficácia do modelo a partir da parceria firmada com as prefeituras municipais para agilizar o andamento dos processos.

“O trabalho começou em Belo Horizonte, e estamos estendendo para outras regiões do estado através de um esforço de conscientização in loco com os prefeitos, mostrando-lhes que, para além da cobrança judicial, há também a via administrativa”. Segundo a magistrada, a consequência des-



Projetos também foram apresentados em uma exposição no Átrio do TJBA



João Felipe, assessor da Diretoria de Primeiro Grau do Tribunal de Justiça da Bahia, apresentou o Cartório Integrado

se trabalho é a redução de processos: “O juiz que tinha 40 mil processos passa a ter quatro mil, por exemplo”.

Violência contra a mulher

A última prática do dia foi debatida pela juíza titular da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do TJRJ, Adriana Mello. A magistrada apresentou três protocolos que têm garantido avanços nessa questão. O primeiro é o Observatório Judicial de Violência Contra a Mulher, ferramenta digital que reúne dados dos processos judiciais em trâmite.

No campo prático, esses projetos têm alcançado importantes resultados. O Projeto Violeta, por exemplo, é um protocolo de atuação integrada entre Judiciário, Polícia Civil, Governo do Estado, organização não-governamental e Prefeitura, todos envolvidos em defesa da mulher. Esse projeto ganhou

o Prêmio Inovare, em 2014. “Com ele, reduzimos de quatro dias para quatro horas o tempo que a vítima leva para ter a proteção do Estado”, explicou.

Para a diretora do Departamento de Gestão Estratégica e Planejamento (DEGEP) do TJRJ, Michele Vieira de Oliveira, que participou do encontro, “eventos como esse permitem valorizar o esforço de magistrados e de servidores que acreditam na Justiça”.

De acordo com ela, reuniões de boas práticas reconhecem o esforço intelectual e financeiro que cada tribunal empreendeu para a melhoria da prestação jurisdicional. “A melhor forma de partilhar tais práticas é dar a oportunidade àqueles que as desenvolveram de apresentá-las. Afinal, são pessoas que, não raro, abdicam de horas de lazer em prol da melhoria dos serviços prestados pelos tribunais onde trabalham”, acrescentou.

Por sua vez, o coordenador do Subcomitê Sul da Rede de Governança, Wanderley Horn Hülse, ressaltou que o encontro reuniu as melhores práticas dos tribunais de justiça estaduais relacionadas com o alcance das metas nacionais do Poder Judiciário. “Como se tudo isso não bastasse, ainda tivemos o Tribunal de Justiça da Bahia como anfitrião, reforçando o sucesso do evento”, elogiou.

Nessa linha de raciocínio, o desembargador Alexandre Miguel, do TJRO, ao final dos trabalhos, comemorou o resultado do encontro e conclamou a todos a continuarem a promover esses intercâmbios de experiências. “Nossa responsabilidade cresce a partir do momento em que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abona o trabalho da rede. E rede significa a junção de todos nós. Por isso, vamos continuar trocando nossas experiências para fomentar as boas práticas em benefício da sociedade”, concluiu.



Memória Resgatada

Acervo histórico do Tribunal de Justiça da Bahia expõe objetos no 1º Andar do Fórum Ruy Barbosa

O riginário do então Tribunal de Relação do Estado do Brasil, criado em 1609 pelo governo português, o atual Tribunal de Justiça do Estado da Bahia foi a primeira Corte de Apelação instalada no Continente Americano. Até então funcionava no Brasil a justiça de primeira instância, e os recursos eram remetidos para apreciação da Relação de Lisboa, em Portugal.

O desembargador Gérson Pereira dos Santos, ex-presidente do Tribunal de Justiça da Bahia de 1988 a 1990, defendia que se tratava da primeira corte nas Américas, não das Américas. Antes de uma questão de semântica, dizia tratar-se de uma questão de história: a Relação da Bahia tinha jurisdição apenas na América portuguesa, não nas outras, de origens inglesa e espanhola.

A Relação da Bahia, como era denominada, permaneceu como único Tribunal Superior da Colônia até 1751, ano da instalação da Relação do Rio de Janeiro, quando ambas passaram a dividir a

jurisdição do Estado do Brasil. À Relação da Bahia coube toda a região norte; à do Rio de Janeiro a de todo o território ao sul da capitania da Bahia.

Memorial

A história do Tribunal de Justiça da Bahia pode ser conhecida no Memorial do Judiciário, um espaço cultural criado em 2009 para marcar o IV Centenário do Tribunal de Relação do Estado do Brasil. O museu, que é aberto ao público, funciona no Salão Arx Tourinho, no 1º andar do Fórum Ruy Barbosa, em Salvador. O acervo é composto de peças históricas do século XVII, além de outras contemporâneas, documentos, fotos e objetos antigos.

Na avaliação do desembargador Aliomar Silva Britto, vice-presidente da Comissão Permanente de Memória do TJBA, "nosso memorial é enorme, e reúne peças importantes que devem ser vistas e estudadas por todos, especialmente por aqueles que se interessam pela história do nosso tribunal."

O programa Conhecendo o Judiciário, que tem como proposta aproximar o Tribunal de Justiça da comunidade



Livro raro traz coletânea de Leis do Brasil no período de 1832 a 1833

acadêmica, em especial da área jurídica, tem em sua programação uma visita de estudantes de Direito ao memorial. Desde que o espaço foi inaugurado, cerca de quatro mil estudantes passaram por lá, onde assistem a palestras sobre a vida de Rui Barbosa e conhecem a história do Judiciário baiano.

História

A instalação do Tribunal da Relação do Estado do Brasil deveria ter ocorrido em 1588, porém o galeão que deixou

o Porto de Lisboa na ocasião, conduzindo 10 desembargadores e o governador-geral designado, Francisco Giraldes, não chegou à Cidade de Salvador.

O navio, em alto mar, desviou-se para Santo Domingo, devido às correntes marítimas. Somente em 1609, no dia 7 de março, Lisboa concluiu novo regimento para o Tribunal da Relação, e a chegada dos desembargadores ao Porto de Salvador aconteceu no dia 5 de junho – quando ocorreria, efetivamente, a instalação da Corte.



Memorial do Judiciário está instalado no Salão Arx Tourinho do Fórum Ruy Barbosa

Em ritmo acelerado

Mutirão do Júri dará celeridade aos processos criminais nas comarcas de Feira de Santana e Camaçari





Juíza Jacqueline Campos, coordenadora do Mutirão do Júri e gestora baiana das metas Enasp

O crescimento acelerado da violência nos grandes centros urbanos tem feito o número de processos de crime doloso contra a vida aumentar nas varas criminais. A grave situação exige, dentre outras medidas, um sistema de Justiça - Ministério Público, OAB, Defensoria Pública e Polícia - cada vez mais célere e capaz de responder à sociedade com a urgência que a delicada questão exige.

Atento a esta demanda, o Tribunal de Justiça da Bahia tem buscado alternativas que encurtem esse caminho. Um deles tem se mostrado bastante eficaz: o Mutirão de Processos de Júri.

A ação, que começou no último dia 24 de abril, nas comarcas de Feira de Santana e Camaçari, tem como objetivo dar celeridade ao trâmite de processos criminais. A expectativa é que sejam despachados, decididos e sentenciados todos os processos ativos, submetidos ao rito do júri nas Varas Criminais destas duas comarcas.

À frente da missão está a juíza Jacqueline Campos, gestora local das metas desenvolvidas pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), que tem como ob-

jetivo julgar todos os crimes dolosos contra a vida registrados até dezembro de 2012.

Segundo a magistrada, a quantidade de processos de crimes dolosos contra a vida e o índice de violência foram exatamente os critérios utilizados por sua equipe para selecionar as comarcas participantes dessa etapa. “O índice de processos de crimes dolosos tem relação direta com a violência da cidade, daí a necessidade de acelerar os julgamentos”.

Ao todo 863 processos deverão ser julgados no mutirão. Desses, 552 são da Vara Criminal de Camaçari. O restante, 311, estão à espera de julgamento na comarca de Feira de Santana. “Os processos de Feira de Santana nos quais vamos trabalhar são todos físicos e serão digitalizados, o que me dá o conforto de ter a Vara toda digitalizada a partir de então”, comemora o juiz Antonio Faiçal, coordenador do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário (GMF).

Com a digitalização, o trâmite dos processos se torna mais ágil e seguro, diminuindo o tempo de resposta da Justiça.

Quanto a Camaçari, segundo o magistrado, boa parte do acervo já estava digitalizado.

Juiz Antonio Faiçal, coordenador do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário (GMF)



“De forma que nós teremos, presumo, de 200 a 250 processos que vieram físicos mas que também serão digitalizados”, informa.

Além do saneamento, o Cartório da Vara do Júri da comarca de Itabuna, no Sul do estado, receberá suporte remoto para a realização de suas funções, outra vantagem proporcionada pela digitalização dos processos. De Salvador, os juízes podem movimentar os processos de varas do interior que também estejam digitalizados no sistema.

A juíza Jacqueline Campos salienta que, de maneira pioneira, a portaria também designa juízes para atuarem no processamento e julgamento referentes aos processos, garan-

tindo um grande aporte à iniciativa. Esse apoio remoto aos cartórios, no que diz respeito às atividades realizadas por esses magistrados designados — como despachos, marcação de audiências e outros — garantirá que não ocorra uma sobrecarga nas unidades jurisdicionadas que passem por processo do saneamento.

“Contamos também com a designação de promotores para justamente acompanhar esses juízes nas audiências e nos julgamentos”, acrescenta a juíza.

Dados de produção

Os juízes deverão informar, diariamente, os dados da produção, através do e-mail mutiraojuri2017@tjba.

jus.br. Segundo o juiz Faiçal, esse método de prestação de contas proporcionará um maior controle estatístico do que foi produzido durante o saneamento. “Qualquer despacho que o juiz fizer, qualquer decisão, sentença, marcação de audiência, nós não sobrecarregaremos as varas criminais de onde esses processos vem. Aqui cumprimos esses atos porque temos servidores para isso. A informação diária é um norte para nós, e para os servidores do que eles deverão cumprir naquele dia”, explica.

A ação, que também conta com o apoio e a colaboração das Corregedorias, e o suporte da Diretoria de Primeiro Grau, poderá ganhar etapas subsequentes através de decretos futuros. A juíza Jacqueline Campos



Salão do Júri do Fórum Filinto Bastos, em Feira de Santana

destaca que os sujeitos envolvidos no mutirão já estão levantando dados para selecionar futuras comarcas participantes.

Sucesso

“Já temos algumas ideias, mas a decisão final é da Presidência. Mas, sempre seguindo o acervo e a questão da violência. No momento, estamos debatendo sobre Porto Seguro, Vitória da Conquista, Barreiras e outras comarcas da região oeste baiana, mas ainda não há uma definição”, conclui.

Os juízes Jacqueline Campos e Antonio Faíçal acreditam que a maior dificuldade que será enfrentada pelo mutirão diz respeito a localização das testemunhas envolvidas nos processos de crimes dolosos contra a vida, principalmente quando o delito já aconteceu há muitos anos.

“As audiências sem a intimação das testemunhas de uma forma geral são

remarcadas. Isso é uma grande dificuldade”, explica a juíza Jacqueline.

O Tribunal de Justiça da Bahia foi um dos que mais se destacaram no Mês Nacional do Júri, promovido em todo o país, em novembro do ano passado, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Com a realização de 203 sessões do tribunal do júri, das 227 programadas para o período, a Bahia ficou em quarto lugar no mapa dos julgamentos agendados e realizados, de acordo com números divulgados pelo CNJ.

À época, a juíza Jacqueline Campos considerou os números expressivos. “Especialmente se levarmos em conta as eleições municipais, quando os juízes tiveram de priorizar os trabalhos eleitorais”, lembrou.

Ela destacou a importância das condições propiciadas pela presidente do Tribunal, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, e o apoio dos corregedores Osvaldo de Almeida Bonfim e Cynthia Maria Pina Resende, das corregedorias Geral da Justiça e das Comarcas do Interior.

Segundo dados enviados ao Conselho Nacional de Justiça pelos Tribunais de Justiça, foram realizados pelo menos 2.980 sessões no país, durante o Mês Nacional do Júri. As edições de 2014 e 2015, juntas, somaram cerca de 5 mil julgamentos de crimes dolosos contra a vida.

As campanhas para a realização de júris integram a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), parceria que une o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério da Justiça.



SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!



facebook.com/TribunalJusticaBA



instagram.com/tjbaoficial



twitter.com/tjbahia



youtube.com/tribunaljusticaba



flickr.com/tjbahia



soundcloud.com/tjbahia

Presidência em Movimento

Porto Seguro - 27/04/17

A Mesa Diretora do TJBA desembarcou no Sul da Bahia para se reunir com magistrados da região, em mais uma edição do programa Presidência em Movimento. Na ocasião, a presidente da Corte Maria do Socorro Barreto Santiago recebeu o Título de Cidadã de Porto Seguro, proposto pelos vereadores Evair Fonseca Brito e Aparecido dos Santos Viana. "Sinto-me honrada com um título de tamanha representatividade, sobretudo porque aqui nasceu o Brasil". A seguir, trechos do discurso da presidente do Tribunal de Justiça na cerimônia:

Fortalecer o primeiro grau é minha prioridade. E estruturar as comarcas é passo fundamental. Uma prestação jurisdicional efetiva, passa por magistrados e servidores qualificados e comprometidos

Aproveito para anunciar a construção do novo Fórum de Porto Seguro, iniciativa que vai dotar esta cidade de um equipamento à altura do que esperam e merecem seus habitantes

Já prorroguei, também, o Regime Especial de Trabalho que tem como objetivo sanear a 1ª Vara Criminal até o dia 31 de agosto de 2017

Vamos ampliar a prestação jurisdicional com a criação da 2ª Vara Criminal e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos, Balcão de Justiça e Cidadania e do Núcleo Regional de Digitalização



Turma de magistrados que participaram no sul da Bahia durante mais uma edição do programa Presidência em Movimento naquela região



Presidente Maria do Socorro Barreto Santiago com o cacique Pataxó Renivaldo Braz, em Porto Seguro



Justa Parceria

Projeto desenvolvido pela Corregedoria das Comarcas do Interior promove grande baixa processual

A cruzada para baixar processos, promovida pela Corregedoria das Comarcas do Interior, continua avançando. Agora será a vez de Itapetinga, no Sudoeste do estado, receber, durante duas semanas de maio, a força-tarefa com juízes, servidores e todo o apoio do Gabinete da corregedoria para diminuir o acervo.

O objetivo é, pelo menos, igualar o número registrado em 2016, quando 121,1 mil processos foram analisados em pouco mais de oito meses de trabalho, gerando uma baixa de 43,1 mil feitos e 24,7 mil sentenças.

Decorridos quatro meses de 2017, a corregedoria já contabiliza 43,3 mil processos movimentados, com 21,3 mil baixas e 11,2 sentenças.

Os números que empolgam são resultado do projeto Parceiros pela Justiça, iniciativa pioneira idealizada e supervisionada pela corregedora Cynthia Resende. O projeto prevê a união de esforços de órgãos públicos e privados com o objetivo de realizar ações de saneamento processual e consolidar, nas comarcas do interior, rotinas de trabalho que melhorem o atendimento ao cidadão.

A expectativa é que as consequências - positivas - já reflitam no Justiça em Números, relatório anual editado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que traz o ranking dos tribunais brasileiros.

Serrinha, a 200 quilômetros de Salvador, foi o primeiro ponto de parada do



Atendimento humanizado no interior: quem ganha é o cidadão

projeto, em agosto do ano passado. Acompanhada da juíza corregedora Ângela Bacelar e de servidores, a desembargadora atendeu a comunidade, incluindo advogados, no salão do júri, no Fórum Luiz Viana.

Assessores examinaram processos e orientaram as partes. O juiz Lucas Monteiro prolatou diversas sentenças, a maioria em casos de divórcio e aposentadoria por invalidez.

Ação no Recôncavo

Em março deste ano, o programa Parceiros pela Justiça aportou em Santo Amaro, no Recôncavo baiano. Com uma tenda armada na Praça da Purificação, centenas de moradores foram atendidos pelas juízas Marcela Bastos e Ângela Bacelar, assessoras do Gabinete e pela própria corregedora.

“Mobilizamos toda essa estrutura e estamos ouvindo as pessoas, orientando e impulsionando os processos”, dizia a corregedora, entre um atendimento e outro, durante raro intervalo em que a mesa esteve vazia.

Era 13 de março, aniversário de Santo Amaro, dia em que o município comemorava 180 anos de emancipação política. E, a partir de uma parceria com a prefeitura, mesas foram montadas para agilizar o trâmite de processos.

“É realmente um trabalho incrível, a Corregedoria do Interior está de para-

béns”, afirmou a juíza Marcela Bastos. “Muitas vezes ficamos presos no gabinete e este trabalho direto com a população é gratificante, faz bem para os magistrados”.

A ação também foi comemorada pelo município. “É muito importante para nós. Havia um acúmulo de processos e essa ação é bem positiva para a população”, disse o prefeito Flaviano Bonfim, que apareceu na tenda para acompanhar os trabalhos.

O Dia da Praça, como é chamado pela prefeitura, teve a participação da Secretaria de Saúde e integra o Programa Santo Amaro Saúde e Cidadania. “É uma grande oportunidade de comemorar a emancipação com a prestação de serviços”, diz Maurício Dias, secretário de Saúde.

O projeto também visitou Cruz das Almas, no mesmo Recôncavo, em abril. Dessa vez, foram movimentados exatos 6.897 processos, entre os dias 3 e 7 de abril. Foram baixados no sistema 2.389 processos e proferidas 1.235 sentenças.

A população correu para o fórum e lá, uma surpresa: Lucas Monteiro, aquele mesmo juiz contemplado com o saneamento sete meses antes em Serrinha, recebia de novo, de presente, a ação da Corregedoria das Comarcas do Interior. “Tive sorte”, dizia ele, sorriso no rosto, recém-chegado à comarca após movimentação na carreira. Felicidade também rima com Justiça.

DIABETES GESTACIONAL: O que preciso saber?



Eduardo Quadros Araújo
Endocrinologista

A insulina é um hormônio essencial à vida: dependemos dela para que a glicose, açúcar que funciona como principal combustível do organismo, seja capaz de entrar nas diversas células. Durante a gravidez, tanto o feto quanto a placenta produzem substâncias que dificultam a ação da insulina na gestante. Este é um fenômeno natural, e a maioria das grávidas consegue compensar simplesmente com uma maior produção deste hormônio pelo pâncreas. Algumas, entretanto, não conseguem fazê-lo, e esta deficiência relativa de insulina leva ao acúmulo de glicose no sangue, provocando o diabetes gestacional.

Estima-se que entre 5 e 18% de todas as grávidas cursem com diabetes gestacional. A condição é mais comum

naqueles acima do peso, mais de 25 anos de idade, gravidez de gêmeos, com histórico de diabetes na família ou antecedente de síndrome de ovários policísticos. Usualmente o diabetes gestacional volta a aparecer numa gestação subsequente.

O diagnóstico é importante já que o tratamento consegue prevenir suas complicações: pré-eclâmpsia, bebês excessivamente grandes (complicando ou inviabilizando o parto vaginal), e sob risco de queda acentuada da glicose e do cálcio nas primeiras horas de vida. Ou até mesmo a morte do feto dentro do útero.

Glicemia em jejum acima de 92 mg/dL (confirmada em uma segunda dosagem) faz o diagnóstico de diabetes gestacional. Como nem todos os

casos são descobertos apenas com a medida da glicose em jejum, recomendam-se testes adicionais entre 24 e 28 semanas. Tipicamente é dosada a glicemia tanto em jejum quanto após uma ou duas horas o consumo de líquido contendo 50 ou 75g de glicose, a depender do protocolo.

O tratamento passa inicialmente por orientação alimentar individualizada e atividades físicas (desde que não haja restrição obstétrica). A evolução do índice de massa corpórea da paciente e da estimativa do peso fetal ao ultrassom devem determinar ajustes na prescrição nutricional. Devem ser evitados doces, sorvetes e bebidas adoçadas. Cereais integrais (arroz, massas, torradas, pães integrais) são opções melhores do que os refinados (brancos). Certos adoçantes podem ser usados (sucralose, aspartame, sacarina, acessulfame-K), naturalmente sem incorrer em excessos.

As medidas de glicemia capilar (realizadas com uma gota de sangue extraída da ponta dos dedos), antes e após as refeições, são essenciais para que o

ajuste no tratamento se dê de forma ágil. Certos exames de sangue (como a hemoglobina glicada) podem levar meses até que reflitam a real média dos níveis de açúcar no sangue, limitando a sua aplicação para guiar as decisões do médico.

Quando uma minoria dos casos não responde à combinação de dieta e

*Estima-se que
entre 5 e 18% de
todas as grávidas
tenham diabetes
gestacional*

exercícios, ou se os níveis iniciais já forem muito elevados, são necessários medicamentos para normalizar a glicemia. Quase todas as medicações orais para diabetes são contraindicadas em gestantes; não se sabe quais riscos poderiam ter para o bebê, e testes em animais não oferecem tranquilidade absoluta.

A maior experiência acumulada é com o uso de insulina. Apesar do desconforto das injeções, está bem comprovado que o uso de insulina para controlar a glicemia nos casos mais difíceis de diabetes gestacional previne uma série de complicações. A meta, de modo geral, deve ser de glicemia abaixo de 95 mg/dL antes das refeições e abaixo de 140 mg/dL uma hora após a alimentação. Certos análogos de insulina mais modernos ainda não foram suficientemente testados e podem não ser indicados na gravidez.

O diabetes gestacional tipicamente desaparece imediatamente após o parto: aquelas pacientes que vinham usando insulina, às vezes em múltiplas aplicações, geralmente suspendem completamente as aplicações, logo após dar à luz. O seguimento de longo prazo é fundamental, uma vez que mulheres que apresentaram a condição, exibem risco aumentado de diabetes tipo 2 nos anos seguintes.



Odonto Móvel realiza atendimento no Tribunal de Justiça da Bahia

O Odonto Móvel atendeu os servidores do TJBA na área externa da Praça de Serviços do Tribunal e ofereceu serviços básicos de saúde oral. O atendimento foi uma parceria entre a Coordenação de Odontologia do Tribunal de Justiça da Bahia e a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais.

3, segunda-feira

Corregedor-geral visita Central de Serviços Penitenciários na Cadeia Pública

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Osvaldo de Almeida Bomfim, visitou a Central de Serviços Penitenciários (Cesp), no anexo da Cadeia Pública de Salvador, em Mata Escura.



4, terça-feira



Comissão de Memória visita museu do TJBA e anuncia duas exposições

A Comissão Permanente de Memória do Tribunal de Justiça da Bahia anunciou duas exposições nos próximos anos em Salvador. A primeira mostra deverá acontecer em 2018 e vai marcar os 130 anos da Abolição dos Escravos no Brasil, com documentos históricos recolhidos dos cartórios em todo o estado. A segunda só acontecerá em 2019.

6, quinta-feira



Projeto Parceiros pela Justiça mobiliza Cruz das Almas

A terceira edição do Parceiros pela Justiça, projeto desenvolvido pela Corregedoria das Comarcas do Interior, passou pela cidade de Cruz das Almas, no Recôncavo Baiano. A iniciativa contempla o apoio de instituições públicas e privadas com o objetivo de impulsionar processos judiciais em trâmite nas comarcas.

7, sexta-feira

Presidente do TJBA visita Tribunal de Roraima

A presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, visitou o TJ de Roraima para troca de experiências sobre a melhora no índice de produtividade comparada dentre os tribunais de médio porte. A presidente esteve também nos fóruns Cível e Criminal em Boa Vista.



11, terça-feira

Desembargador participa de encontro sobre combate à intolerância religiosa

O desembargador Lidivaldo Britto, presidente da Comissão Temporária de Igualdade, Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos do TJBA, proferiu palestra sobre Intolerância religiosa, em Recife.

17, segunda-feira



Evento reúne representantes de 22 tribunais estaduais no TJBA

A desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, abriu o II Encontro Nacional de Boas Práticas - Missão Humaitá, ressaltando a importância do TJBA sediar o evento pela primeira vez. Quatorze práticas foram apresentadas no auditório da instituição.

18, terça-feira

Presidente da Rede de Governança participa do Encontro de Boas Práticas

A presidente do TJBA, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, recebeu a visita do presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia, desembargador Alexandre Miguel, presidente da Rede de Governança Colaborativa da Justiça Estadual, esteve em Salvador para a abertura do II Encontro Nacional de Boas Práticas - Missão Humaitá.



20, quinta-feira

Presidente prestigia solenidade de comemoração dos 85 anos da OAB-BA

A desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago participou da solenidade oficial em comemoração aos 85 anos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Bahia, no Sheraton Hotel, no Campo Grande.



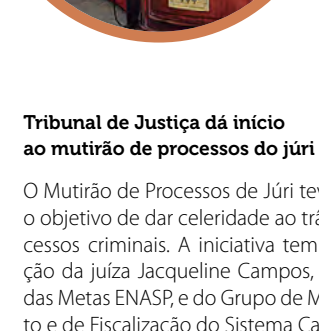
19, quarta-feira



Ações na Semana Santa levam alegria a crianças em Salvador e Nova Viçosa

Ações filantrópicas realizadas por integrantes do TJBA levaram donativos para crianças e adolescentes em situação de risco na Semana Santa. Em Salvador, foram entregues 104 quilos de leite em pó para a instituição Lar da Criança, na Vila Laura. Já em Nova Viçosa, 623 ovos de chocolate foram repassados para crianças carentes de seis escolas e de uma creche da região.

20, quinta-feira



Tribunal de Justiça dá início ao mutirão de processos do júri

O Mutirão de Processos de Júri teve início com o objetivo de dar celeridade ao trâmite de processos criminais. A iniciativa tem a coordenação da juíza Jacqueline Campos, gestora local das Metas ENASP, e do Grupo de Monitoramento e de Fiscalização do Sistema Carcerário, com a colaboração das Corregedorias e o suporte da Diretoria de Primeiro Grau.

24, segunda-feira



TJBA inaugura 3º Cartório Integrado

O Tribunal de Justiça da Bahia inaugurou mais um cartório integrado. Desta vez, no Edifício Orlando Gomes, anexo ao Fórum Ruy Barbosa, no bairro de Nazaré, em Salvador. O espaço vai reunir a 3ª, 6ª, 14ª e 16ª Varas de Relações de Consumo.

25, quarta-feira





TJBA inaugura posto de recadastramento biométrico do TRE-BA

O edifício-sede do TJBA, no Centro Administrativo, recebeu um posto do recadastramento biométrico do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA). A parceria entre o TJBA e o TRE-BA integra as estratégias adotadas pelo Eleitoral baiano para alcançar a meta de biometrizar 3 milhões de eleitores até 31 de janeiro de 2018.



Corregedoria participa de evento no Rio Grande do Sul

O Corregedor-geral da Justiça, desembargador Osvaldo de Almeida Bomfim, e a Corregedora das Comarcas do Interior, desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, representaram o Tribunal de Justiça da Bahia na 74ª edição do Encontro do Colégio dos Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça (Encoge), em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.



Reunião alinha projetos institucionais do TJBA

Com o propósito de contextualizar as unidades acerca do alinhamento entre os projetos institucionais e de planejamento estratégico do TJBA, foi realizada a terceira Reunião de Líderes Avançados (RLA), que aconteceu na Sala de Reuniões da Presidência do TJ.



Teixeira de Freitas ganha nova sede dos Juizados Especiais

O antigo prédio do Fórum de Teixeira de Freitas ganhou novas instalações dos Juizados Especiais. A inauguração aconteceu com a presença da 1ª Vice-Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Maria da Purificação da Silva.



Presidente recebe título de cidadã de Porto Seguro

A presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, recebeu, na Câmara Municipal de Porto Seguro, o título de cidadã portossegurense. Na solenidade, também foi concedida a mesma honraria ao desembargador Raimundo Sérgio Sales Cafezeiro.

MES DAS MÃES

Querida mainha.

Este não é um domingo de maio diferente dos últimos que eu já vivi depois que você foi embora. É tão só, mais um onde a saudade, companheira fiel, ocupa docemente todos os espaços e lembranças, quase a me convencer de que haverá almoco e presentes, beijos e risadas.

Logo, porém, reassumo a velha postura da resignação, impondo-me agradecer ao universo por tê-la tido ao meu lado. Não, mainha, eu sei que eu não tenho o direito de lamentar a sua partida.

Acredito mesmo que Deus deve saber o que faz quando leva uma mãe de seus filhos, mesmo que ela esteja ainda cheia de vida.

Apenas me recinto por não ter podido lhe dizer mais vezes o quanto eu a amava e a imensidão do orgulho de ser sua filha. E se, algumas vezes, a tristeza em mim é maior do que a saudade, não se sinta incomodada, perdoe-me, como você sempre fazia. Acho que é tempo de admitir - apesar dos seus exemplos - que ainda não me animei a frequentar a missa (seguir aos domingos) ou a rezar o terço, embora o faça vez por outra, sem, contudo, compromisso.

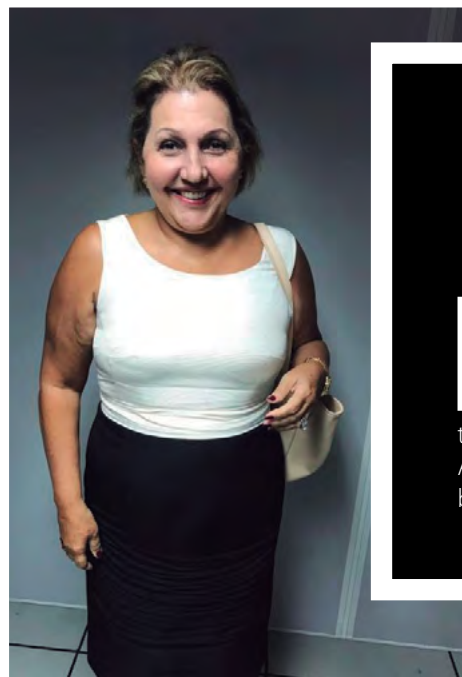
Nos últimos dias, talvez pela proximidade da data, tenho lembrado de suas pequeninas mãos deslizando por aquele teclado, enchendo a casa de canções suaves e nossas vidas de alegria. E assim me sinto mais vazia de mim mesma quando me vejo impedida de fazê-la sorrir mais uma vez ou compartilhar curiosidades de nossas vidas. Ou ao imaginar que não há mais o seu colo macio, quando, entre todos os meus defeitos, você sempre se apegava àquela pequena qualidade, num exagero tão verdadeiro que eu não ousaria discordar.

Sabe, mainha, a saudade de você não é apenas a de mãe. É a saudade de uma amiga, de uma cúmplice generosa. É a saudade de alguém que só em pensamento já fazia aliviar a mais doida das dores. Sou forçada a reconhecer que já a tive comigo em outro tempo que não este. Você era mesmo uma mãe para cem filhos. Para mil até. Mas tive a sorte grande de dividi-la apenas com cinco irmãos. Nunca se esqueça de que nas nossas vidas você continua insubstituível. Para o sempre será o único e maior exemplo de que, quando Deus criou a mãe, fez de você o seu modelo. Sua bênção.

*Verônica Ramiro
 Juíza de Direito*



SOCIAL *por Adriana Barreto*



Lisbete César Santos

Dobradinha P & B

No mês passado, o Fórum Ruy Barbosa foi palco da inauguração do 3º Cartório Integrado, que contribuiu com nossa lista de magistradas fashionistas dando show no look. As maiores apostas? Os clássicos preto & branco. Confira!



Ângela Bacellar



Ana Claudia Mesquita



Maria do Socorro Barreto Santiago



Verônica Ramiro



Maria da Purificação da Silva



Ivone Bessa e Gardênia Duarte



Lourdes Medauar



Lidivaldo Brito e Aracy Lima Borges



Regina Helena Reis e Sérgio Cafezeiro

Condecoração

Fabiana Andrea de Almeida Pellegrino, juíza da 2ª Vara do Sistema dos Juizados Especiais do Consumidor, recebeu a Comenda 2 de Julho durante sessão especial realizada na Assembleia Legislativa da Bahia. Trata-se da mais alta condecoração do legislativo baiano, e a homenagem fora justificada pela qualidade e o comprometimento da magistrada em favor do desenvolvimento jurídico baiano. Num discurso emocionado, Fabiana Pellegrino era só gratidão, felicidade e puro glam num vestido azul celeste de renomada grife. Aos Flashes!



Fabiana Andrea Pellegrino



Jatahy Júnior e Baltazar Miranda



Livia Barbosa



Felipe Augusto, Roberto Cabral e Robson Braga



Cynthia Resende e Lisbete César Santos



Suélvia Reis Nemi



Tocando o legado do



No próximo dia 12 de maio os fãs baianos da extinta banda de rock inglesa Dire Straits poderão ouvir e ver alguns dos seus muitos ex-integrantes, isso duas décadas após os caras desplugarem as guitarras para shows. Mas não se iludam, não é aquela histórica banda formada em 1977 pelos irmãos Mark (guitarra e vocal) e David Knopfler (guitarra); John Illsley (baixo) e Pick Withers (bateria), dos sucesos “Sultans of Swing”, de 1978, e “So Far Away”, em 1985.

Quem vai se apresentar em Salvador, na Fonte Nova, são Phil Palmer, Alan Clark, Danny Cummings, Mel Collins, Mickey Feat, Andy Treacey, Primiano Dibiase e Marco Caviglia. Alguns deles são ex-integrantes da Dire Straits ou tiveram participação em discos icônicos da banda até 1995, um ano após o líder Mark Knopfler anunciar, sem fazer alarde, que não mais participaria de turnês em larga escala e que também passaria a se dedicar à carreira solo.

A formação da banda Dire Straits sofreu alterações ao longo dos anos, e até o final so-

mente permaneceram tocando Mark Knopfler e John Illsley como remanescentes do grupo inicial. Seu irmão, David Knopler, saiu em 1980, e o baterista Pick Withers deixou o grupo em 1982.

É como se jogadores de futebol que atuaram ao lado de Gérson, Jairzinho, Tostão e Pelé, em 1970, resolvessem formar uma seleção para apresentar mundo afora, em reverência à Seleção Tricampeã Mundial de Futebol. Certamente teríamos boa técnica, alto nível de jogo e um grande show esportivo, mas jamais teríamos de volta a Seleção Brasileira de 1970; pois Pelé a abandonara em 1971, assim como Tostão, Gérson e Carlos Alberto e outros.

No caso da extinta banda de rock inglesa, é exatamente isso que está ocorrendo. Quatro ex-integrantes e quatro outros grandes músicos, que indiretamente estiveram ligados à banda, decidiram se reunir para honrar o legado (em inglês legacy) do grupo, dando origem ao projeto Dire Straits Legacy, que roda o mundo desde 2013. Nesta primeira turnê internacional

do Legacy, a agenda do conjunto inclui ainda as cidades brasileiras de São Paulo, Porto Alegre, Florianópolis, Vitória e Recife.

Certamente quem assistir ao show vai ouvir os hits da Dire Straits e, também, canções do atual grupo, que terminou de gravar um álbum, feito entre Roma e Los Angeles. A banda mantém a linha da leve sonoridade resgatada por Mark Knopfler, em meio ao punk rock dos anos 1970, que assegurou uma popularidade mundial. Entre suas canções mais conhecidas estão “Sultans of Swing”, “Lady Writer”, “Romeo and Juliet”, “Private Investigations”, “So Far Away”,

“Money for Nothing”, “Walk of Life”, “Your Latest Trick” e “Brothers in Arms”.

A banda Dire Straits gravou e lançou seu primeiro e álbum em 1978, e fez sucesso inicialmente no Reino Unido, para depois se espalhar pela Europa e Estados Unidos. A banda se chamava inicialmente Cafe Racers. Ao observar as condições precárias do grupo, um amigo do então baterista Pick Withers fez uma piada sugerindo que a banda deveria se chamar “Dire Straits”, que em inglês é uma gíria usada para designar algo ou alguém em situação financeira muito ruim. A sugestão foi aceita.

Os que tocam o legado da Dire Straits

Phil Palmer (guitarra e vocal) – tocou de 1991 a 1995
Alan Clark (piano e teclado) – integrou a última formação, de 1980 a 1995
Danny Cummings (percussão e vocal) – tocou de 1991 a 1995
Mell Collins (sax) – tocou de 1983 a 1984
Mickey Feat (baixo) – trabalhou em projetos solo de Mark Knopfler
Andy Treacey (bateria)
Primiano Dibiase (teclado)
Marco Caviglia (guitarra e vocal)





Pôr do Sol, 2017
Juiz FREDDY PITTA LIMA
Presidente da AMAB



Praia Vermelha - Rio de Janeiro, 2017
ADRIANO BISET QUEIROZ Designer , Ascom TJBA



TIRANDO DE LETRA



Carlos Machado
Secretário Judiciário

Em certo domingo, pouco antes de mais um Ba-Vi, minha filha de 12 anos me pediu ajuda para corrigir um teste que fizera em sua escola, um tradicional estabelecimento de ensino de Salvador. Mostrou-me alguns substantivos compostos (pé de moleque, pé-de-meia e pimenta-do-reino, salvo engano) e a questão que propunha o seguinte: “Aponte como atribuíamos o plural para as mesmas.” De imediato falei: mesmas já está no plural. Minha filha, contudo, certamente já acostuada com a minha crônica dificuldade de compreensão, explicou-me pacientemente que a professora de português pedira o plural daquelas palavras apresentadas. Então ela escreveu “as mesmas” para que eu soubesse que não eram as outras (quais outras?); pensei, mas, prudentemente, não tive coragem de verbalizar (nunca se deve testar a paciência de alguém de 12 anos). O fato me fez lembrar imediatamente de uma conversa que tivera dias antes com a nossa querida e competente juíza auxiliar do Núcleo de Conciliação e Precatórios, Verônica Ramiro, que, comentando comigo sobre a “tirando de letra” anterior (aquela do hum/um mil), havia revelado desconforto com um cartaz fixado na entrada do elevador social do prédio em que reside. Algo mais ou menos assim: “Antes de entrar no elevador, verifique se o mesmo encontra-se parado neste andar.” Por questão de espaço, optarei por passar ao largo da colocação pronominal e me centrarei apenas em descobrir quem seria esse “mesmo”, cuja eventual presença aparentemente deva ser detectada pela nossa atenta magistrada antes de entrar no elevador.

Sempre defendi que apontar erros alheios em nada ajuda aquele que os comete, salvo quando o dedo acusador ao menos tente explicar as razões do equívoco. Nos exemplos citados, parece-me que a origem está na lembrança daquelas antigas aulas de redação, em que nos era recomendado (acertadamente) que não deveríamos repetir demasiadamente um determinado substantivo dentro do

texto, sobretudo em um mesmo período. Se já escrevemos o termo elevador, por que repeti-lo? Daí a tentação quase irresistível de fazer a troca. E que troca seria melhor do que aquela que acontece e parece não acontecer? Por isso, se é para trocar sem trocar, a solução parece óbvia: troca-se por “o mesmo”, ou seja, escreve-se outra coisa para dizer-se a mesma coisa. Mas será que é isso mesmo?

Como facilmente se percebe, neste texto o vocábulo mesmo já foi intencionalmente repetido algumas vezes e certamente o será outras tantas. Isso porque se trata de um termo polifuncional, isto é, que exerce diversas funções sintáticas na oração. Por exemplo, além da condição de pronome demonstrativo, “mesmo” pode aparecer com função substantiva: “Lá no trabalho, há uma placa na frente do elevador dizendo o mesmo (a mesma coisa)”, ou adjetiva: “Em todo lugar que vou, o elevador parece sempre o mesmo (exatamente igual). Pode, também, vir como advérbio: “O elevador está parado mesmo (de fato)”, ou como conjunção concessiva, “Mesmo (ainda que) o elevador esteja parado neste andar, opte pelas escadas.” Há outras utilidades menos usuais que deixo de referir em razão do espaço limitado, mas acredito que os exemplos são suficientes para caracterizar que o problema não está no uso de “mesmo” em suas diversas funções, mas na sua utilização como **substituto** de um pronome pessoal ou substantivo. Isso no mínimo revela dificuldade em lidar com a colocação pronominal.

No enunciado inicialmente referido, observa-se que “o mesmo” tenta retomar o substantivo elevador: “Antes de entrar no elevador, verifique se o **mesmo** (o elevador) encontra-se parado neste andar.” Como já analisado, provavelmente houve a justa preocupação de não repetir tão proximamente a palavra elevador. Ocorre que poderia ter sido realizada a troca pura e simples do substantivo por um prenome pessoal. “Antes de entrar no elevador, verifique se **ele** se encontra parado neste andar.” (substituição de “elevador” pelo pronome pessoal “ele”). Ou apenas: “Antes de entrar, verifique se o elevador está parado neste andar.” Fácil, não?

O curioso é que a colocação de “o mesmo” no lugar de um termo anteriormente referido, é um fenômeno quase exclusivo da linguagem formal, escrita. Dificilmente alguma esposa ouvirá do seu marido algo assim: “ - Querida, viu a minha gravata? Estou procurando a **mesma**”. Se ouvir e estiver naqueles dias, certamente responderá: “ - Se não a encontrar, **use outra**”. Agora que já troquei a gravata, doutora Verônica, podemos conversar sobre aquela placa. Como sei que a senhora conhece, cultua e respeita o padrão culto da língua, ignore-a. Como certamente se preocupa com a própria segurança, ouça o meu conselho: - antes de entrar em qualquer elevador, confira se **ele** está **mesmo** parado naquele andar.

Por último, para que não pensem que deixei minha filha sem resposta, eu lhe expliquei que o plural dos substantivos compostos ligados por preposição se faz com a flexão apenas do primeiro elemento. Assim: pé de moleque – pés de moleque; pé-de-meia – pés-de-meia; pimenta-do-reino – pimentas-do-reino. Quanto ao plural de mesmas, confesso que ainda não descobri. Ainda bem que minha filha tem paciência comigo. Mesmo.

Nossa revista chega ao
décimo primeiro número e precisa
do seu apoio e participação para crescer.



**Venha fazer a
revista com a gente!**

Mande seu texto para ascom@tjba.jus.br



Revista Eletrônica

TJBA
em Ação



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA**